

Reexame Necessário n. 2010.082615-1, de Canoinhas
Relator: Juiz Rodrigo Collaço

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - REEXAME NECESSÁRIO - IPTU - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - ART. 150, INC. VI, ALÍNEA 'A' DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO (CASAN) - IMUNIDADE RECÍPROCA ASSEGURADA - PRECEDENTES DO STF E DA CORTE - JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA ESCORREITAMENTE ESTABELECIDOS - SENTENÇA MANTIDA

1. "As empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (AC 1851 QO/RO, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 17.6.2008).

"Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF". (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke)" (AC n. 2010.039003-4, rel. Des. Jaime Ramos, j. 9.12.2011).

2. "Em se tratando de ação de natureza tributária, os valores devem ser atualizados a contar da data do adimplemento de cada parcela e acrescidos de juros a partir da trânsito em julgado, nos termos do art. 167 do Código Tributário Nacional e da Súmula n. 188 do Superior Tribunal de Justiça" (AC n. 2011.085598-0, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 3.4.2012).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Reexame Necessário n. 2010.082615-1, da comarca de Canoinhas (2ª Vara Cível), em que é autora a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento CASAN, e réu o Município de Bela Vista do Toldo:

A Quarta Câmara de Direito Público decidiu, por votação unânime, desprover a remessa. Custas legais.

Participaram do julgamento, realizado nesta data, os Excelentíssimos

Desembargadores Jaime Ramos (Presidente) e Sônia Maria Schmitz.

Florianópolis, 31 de maio de 2012

Rodrigo Collaço
RELATOR

RELATÓRIO

Trata-se de reexame necessário à sentença que julgou procedente a pretensão deduzida pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) para, em conformidade ao art. 150, inc. VI, alínea "a", da Constituição Federal, declarar a inconstitucionalidade da cobrança de impostos municipais, reconhecendo-se a imunidade tributária (fls. 58/77).

VOTO

Discute-se no presente feito a existência ou não da imunidade tributária prevista no art. 150, inc. VI, alínea "a", da Constituição da República, relativa à exigência de IPTU e outros impostos, de sociedade de economia mista prestadora de serviço público.

A remessa, adianta-se, não há de ser provida.

Isso porque a sentença revisanda vem sustentada em precedentes desta Corte, com amparo em firmada compreensão do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que *"as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150 VI, a, da Constituição Federal"* (AC 1851 QO/RO, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 17.6.2008).

Mais recentemente, ainda, por ocasião do julgamento do RE 253.472 (rel. min. Marco Aurélio, red. p/ acórdão min. Joaquim Barbosa, Pleno, j. 25.08.2010), dito entendimento foi referendado pelo Supremo Tribunal Federal ao reconhecer *"que a imunidade tributária recíproca aplica-se às sociedades de economia mista que caracterizem-se inequivocamente como instrumentalidades estatais (sociedades de economia mista 'anômalas')"*.

Essa a exata hipótese dos autos em que a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), sociedade de economia mista prestadora do serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto, vem sendo compelida pelo Município de Bela Vista do Toldo ao pagamento de impostos municipais, especialmente do IPTU.

A propósito, os precedentes da Corte:

"TRIBUTÁRIO. CASAN. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU). IMUNIDADE CONSTITUCIONAL.

Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente à incidência tributária dos impostos.

Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF" (AC n. 2011.019146-0, rel. Des. Newton Janke, j. 12.3.2012)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO INSTAURADA PELA CASAN CONTRA MUNICÍPIO. PRETENSÃO DO MUNICÍPIO A COMPENSAÇÃO DE VALORES ORIGINADOS DE DÉBITOS DE IPTU EXISTENTES EM NOME DA EMPRESA ACIONANTE. EXEQUENTE QUE, MESMO SENDO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO (SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA), EXERCE ATIVIDADE PREPONDERANTEMENTE PÚBLICA, SENDO-LHE, POR ISSO, EXTENSÍVEL O INSTITUTO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA (ART. 150, VI, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STF E DESTE SODALÍCIO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.

- 'A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que *as empresas públicas e*

sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)' (AI n. 2010.051171-7, de Tangará, Rel. Des. João Henrique Blasi, j. 22.3.2011)" (AI n. 2011.055489-9, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 19.1.2012)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO AFORADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONTRA MUNICÍPIO VERSANDO SOBRE DÉBITOS DE IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO (ART. 150, VI, 'A' DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). EXTENSIVIDADE ÀS PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. DECISÃO REFORMADA. AGRAVO PROVIDO.

A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que "as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal". (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.2011)

"IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. RECURSO PROVIDO PARA SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS. PRECEDENTES.

'Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária.

Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF' (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer'. (AI n. 2008.081411-1, de Lages, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-8-2009)" (AC n. 2010.012495-4, rel. Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 7.12.2010)

A compreensão da Câmara não destoa:

"TRIBUTÁRIO - ISS - AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - SERVIÇO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO PRESTADOS PELA CASAN - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - ART. 1º, DO DECRETO N. 20.910/32 - NULIDADE DO LANÇAMENTO - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 150, VI, 'A') - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - POSSIBILIDADE DE ANÁLISE 'EX OFÍCIO' - EXTENSÃO DA BENESSE À SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL - PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE - INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO PROVIDO.

[...]

'Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para

sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF'. (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke)" (AC n. 2010.039003-4, rel. Des. Jaime Ramos, j. 9.12.2011)

"APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COBRANÇA DE ISS. SERVIÇO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO PRESTADOS PELA CASAN. IMPOSSIBILIDADE. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 150, VI, 'A') E EXTENSÍVEL À EMPRESA. ATIVIDADE PREPONDERANTEMENTE DO ESTADO E DE NECESSIDADE E INTERESSES DOS ADMINISTRADOS. PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO E REMESSA DESPROVIDOS.

'A sociedade de economia mista, ao substituir o Estado, enquanto prestadora de serviços eminentemente públicos, está imune a impostos, ainda que do serviço haja contraprestação pelo usuário. Ademais, não há interesse público na tributação dos serviços prestados pela Casan. É que 'O desincentivo que a tributação acarretaria ao setor teria como consequência de longo prazo aumento nas despesas no atendimento da população atingida pela falta de acesso a saneamento básico e água tratada' (Mensagem de Veto n. 362/2003, da Presidência da República)' (AC n. 2008.081293-5, rel. Des. Pedro Manoel Abreu)" (AC n. 2009.024865-2, rel. Des. José Volpato de Souza, j. 9.11.2011)

Esclareça-se, ainda, que, *"sob o manto desta imunidade, é irrelevante a discussão sobre a forma de utilização dos bens que foram objeto da tributação, uma vez que tanto a atividade-meio quanto a atividade-fim dela recebem proteção"* (AC n. 2011.019146-0, rel. Des. Newton Janke, j. 12.3.2012)

Reparos também não hão que ser efetivados na sentença revisanda relativamente à restituição das parcelas pagas, bem como ao encargos incidentes, dado que observadas as normas dos arts. 165 e 167 do Código Tributário Nacional, a prescrição quinquenal constante do art. 1º do Decreto n. 20.910/32 - excluídas da restituição, portanto, as prestações pagas pela demandante nos períodos anterior a 5.5.2005, haja vista o protocolo da ação, em 5.5.2010 - a correção monetária pelo INPC, desde a data de cada pagamento, até o trânsito em julgado da condenação, a partir de quando serão devidos juros de mora (Súmula 188 do STJ) pela taxa SELIC, abrangidos, a um só tempo, os juros de mora e a correção monetária.

A propósito:

"REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO AFORADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONTRA MUNICÍPIO. DÉBITOS DE IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO (ART. 150, INC. VI, ALÍNEA "A" DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). EXTENSIVIDADE ÀS PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA ESCORREITAMENTE ESTABELECIDOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS COM RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA.

I. A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que *"as empresas públicas e*

sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (AC n. 1851 QO, rel.^a. Ellen Gracie, j 17.6.08).

II. Em se tratando de ação de natureza tributária, os valores devem ser atualizados a contar da data do adimplemento de cada parcela e acrescidos de juros a partir da trânsito em julgado, nos termos do art. 167 do Código Tributário Nacional e da Súmula n. 188 do Superior Tribunal de Justiça.

III. Fixados os honorários advocatícios equitativamente, com atenção aos critérios engastados no art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, devem ser como tal mantidos" (AC n. 2011.085598-0, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 3.4.2012)

"APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEMANDA AJUIZADA PELA CASAN CONTRA MUNICÍPIO. COBRANÇA DE IPTU. IMPOSSIBILIDADE. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA CONFERIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 150, VI, "A") E EXTENSÍVEL ÀS PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA. INCIDÊNCIA DO ART. 167 DO CTN, DA SÚMULA 188 DO STJ E DA TAXA DO SELIC. SEM CUSTAS FINAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO MONTANTE DEVIDO. MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO E REMESSA PARCIALMENTE PROVIDA" (AC n. 2011.060228-6, rel. Des. José Volpato de Souza, j. 10.11.2011).

Por derradeiro, a fixação da verba honorária, estabelecida em 10% sobre o valor atualizado da condenação, para fins de reexame certamente não se revelou exacerbada, notadamente porque módica sua base de cálculo (a título de exemplo, o valor da cota única do IPTU expresso no documento de fl. 23 equivale a apenas R\$ 129,85).

O voto, portanto, é pela manutenção da sentença sob reexame.